

Total 3.3 – total mensal com pessoal	12.039,88
	8

Total com pessoal apresentado no item 3.4 coleta seletiva R\$ 12.039.88

Encargos sociais

PIS CONFINS

9.25%

(já calculado)

(não calculado)

R\$...

IR

1.5%

R\$...

ISSQN

5%

R\$...

Total de despesas com pessoal item 3.4 coleta seletiva

R\$???

3.7. Coleta de animais mortos

3.8.1. Pessoal:

Quadro 3.5 – Planilha de custos para pessoal (R\$)

Descrição	Unidade	N.º de pessoas	N.º de horas mês	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$/mês)
Garis	Hora	01	176	7,58	1.334,08
Motoristas de caminhão	Hora	01	176	11,48	2.020,48
Total 3.5 – total mensal com pessoal					3.354,56

Total com pessoal item 3.5

R\$ 3.354.56

Em cargos sociais

(já calculado)

PIS COFINS (não calculado) 9.25% R\$...

IR 1.5% R\$...

ISSQN 5% R\$...

Lucros R\$...

Total com pessoal item 3.5 R\$???

4. Destinação de animais mortos

4.2.1. Pessoal:

Quadro 4.1 – Planilha de custos para pessoal (R\$)

Descrição	Unidade	N.º de pessoas	N.º de horas mês	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$/mês)
Operário	Hora	01	30	6,41	192,30

Total 4.1 – total mensal com pessoal	192,30
--------------------------------------	--------

5. Varrição Capina e Roçada

5.2.1. Pessoal:

Quadro 5.1 – Planilha de custos para pessoal (R\$)

Descrição	Unidade	N.º de pessoas	N.º de horas mês	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$/mês)
Margaridas	Hora	22	192	6,70	28.315,58
Roçadores	Hora	20	192	6,70	25.741,44
Operador de capinadeira	Hora	01	192	11,48	2.203,72

Custo com pessoal item 5, varrição, capina e roçada R\$ 56.260.74

Encargos sociais 75% não foram calculados das 22 margaridas e dos 20 roçadores há nesse item a divergências dos valores cotados e o salário base da categoria, esse item inviabiliza a planilha de custo que a torna inexecutável, porque ultrapassa o valor máximo proposto pelo Município R\$???

PIS CONFINS	9.25%	R\$...
IR	1.5%	R\$...
ISSQN	5%	R\$...
Lucro		R\$...

Total de custo com pessoal mais encargos R\$???

Pois bem senhores, o edital não apresenta a retenção dos encargos sociais corretos para cada categoria e impostos a serem recolhidos por isso deve haver uma explicação do orçamento apresentado de quem será a responsabilidade de recolher tais impostos, visto que não estão no orçamento, ou se estes serão acrescidos nas propostas ao final de cada mês. Se juntarmos os valores com os encargos sociais e impostos a serem recolhidos nos itens de pessoal, ultrapassa o valor máximo aceito pelo Município.

Total de custo com pessoal mão de obra e encargos sociais e impostos como o de maior relevância ao item 5.2.1 inviabiliza a planilha, fica o valor acima do orçado pelo Município.

II - RAZÕES JURÍDICAS:

Se duvidar, esta licitação em comento não pode subsistir, diante das varias graves ilegalidades (CONTRÁRIAS A ISONOMIA LICITATÓRIA) contidas em seu edital, as quais configuram o mesmo de NULIDADE.

O jurista Hely Lopes Meirelles, lecionando sobre a igualdade de tratamento a ser assegurada aos interessados em contratar com a Administração Pública:

"a igualdade entre os licitantes" é princípio impeditivo de discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas, que no Edital ou no convite favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso que desiguale os iguais ou iguale os desiguais (Estatuto, artigo 3º, parágrafo 1º).

Já Diógenes Gasparini, em sua atualizada obra Direito Administrativo Brasileiro, assevera a importância do atrelamento à legalidade da atividade administrativa:

"O princípio da legalidade significa estar à administração pública, em toda a sua atividade presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor".

Assim, os julgadores, não possuem vontade própria. Sua vontade é a da Lei, o procedimento licitatório está atrelado aos Standards da legislação.

De outro lado, se sabe, não compete a Autoridade Administrativa fazer leis, mas sim cumpri-las. A criatividade na fixação de requisitos habilitatórios está adstrita à razoabilidade da condição imposta, diante do objeto sob licitação, não é o caso.

Como visto consequentemente as exigências habilitatórias técnicas devem atender tão somente as balizes da legislação incidente. Afora isso é a ilegalidade.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO tem sido severo contra tais falhas das planilhas de custos criativos inócuos, tendo, em inúmeras oportunidades, se posicionado firmemente contra quaisquer falhas nas planilhas nas licitações, através de exigências indevidas de qualificativos técnicos dos licitantes. Nesse sentido suas decisões de Plenário registradas nas ATAS 10/90, 18/93, 33/91, 62/91 e 22/94.

Sustentar o contrário é reconhecer poder de fazer ou revogar lei ao elaborador do Edital, o que por óbvio não lhe compete. Cabe sim, cumpri-las, sob as penas da lei. Nesse sentido, as penalizações estipuladas a partir do art. 89 da Lei 8.666/93 a que se submete, enquanto envolvido na procedimentalização de licitação.

No caso, como antes demonstrado, existem condições editalícias que transbordam a legalidade necessária, determinando, por conseguinte a ANULAÇÃO da licitação à sua indispensável conformação legal.

A toda evidência, ao se elaborar Edital defeituoso como esse, foi afrontado um conjunto de princípios aplicáveis não só às licitações como a administração pública em geral, maculando, irremediavelmente de início de ilegalidade o procedimento. Natimorto, portanto o Edital.

Assim, é intuitivo que o gestor da coisa pública, envolvido na procedimentalização das licitações e execuções contratuais deve ensanchar segurança jurídica aos licitantes de que as exigências contidas estão autorizadas na lei incidente, por ser esse o comportamento predelineado por essa norma legal e único comportamento moral e legalmente aceitável.

III - DO PODER, DEVER DA AUTORIDADE PÚBLICA ANULAR ATOS VICIADOS DE ILEGALIDADE.

A teoria jurídica tradicional balizada no Código Civil é encampada pelo art.49 da Lei das Licitações e determina à Administração a anulação de qualquer ato praticado no procedimento licitatório que venha, a saber, defeituoso por vício de ilegalidade:

“A Autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado”.

“1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta lei”.

"2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art.59 desta lei".

Assim, tendo a autoridade pública tomado conhecimento, quer por licitante, servidor ou qualquer cidadão de que o certame foi procedido afrontando disposições legais, deve de imediato, mandar apurar os fatos e, constatado o defeito apontado ensejador de prejuízos a licitante ou mesmo potencial licitante, deve anular o processo. Pode e deve assim proceder.

Nesse sentido a Súmula nº 473 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

"A Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Ora, como já referido, é corrente que ato administrativo praticado em desacordo com o ordenamento jurídico é inválido. Porque sempre é inválido o ato que, ao nascer, afrontou as prescrições legais carece de legalidade e se ressentido de defeitos jurídicos. Os atos inválidos são comumente chamados de nulos e afetam retroativamente (efeito *ex tunc*) o procedimento licitatório.

Já Diógenes Gasparini analisa com precisão a possibilidade de convalidação de atos administrativos inválidos:

"Se os atos administrativos afrontam o ordenamento jurídico e, por essa razão, são tidos como inválidos, não cabe falar em convalidação (supressão retroativa da ilegalidade de um ato administrativo)". Não se convalida o que é inválido. O que se admite é a correção de pequenas irregularidades, a exemplo de vícios gráficos (troca de letras e números). In Direito Administrativo. 1993.

Assim, a invalidação ou anulação de um ato inicial ou intermediário de um procedimento administrativo importa no desfazimento de todos os atos subsequentes. Do mesmo modo que a anulação de uma licitação implica na do contrato já eventualmente firmado, a nulificação de Edital, ainda em sua publicidade, determina seu refazimento adequado à legalidade.

O controle administrativo de qualquer comportamento (autotutela) da Administração Pública, seja ela direta ou indireta ocorre nesse mister espontânea ou provocadamente comprovado ilegalidades, a licitação deve ser fulminada com a declaração de sua anulação, por dever de assim agir da Autoridade Administrativa.

Por conseguinte, o conjunto de exigências habilitatórias restritivas do competitivo, ora analisadas acaba por decretar irremediavelmente a anulação do referido Edital (CONCORRÊNCIA nº 06/2012) patrocinada por esse Município. Imperativo, pois, o alinhamento à legalidade de tal concorrência.

Da análise anterior, decorrem os direitos da IMPUGNANTE à reprocedimentalização da licitação ora atacada, eis que, como visto, assim determina a legislação incidente a que se deve submissão administração e administrados.

IV - REQUERIMENTO

Por todo o exposto, e considerando os demais elevados suprimentos de Vossas Senhorias sobre a matéria, REQUER:

Que sejam revistas às exigências habilitatórias, ora impugnada do Edital de Concorrência n.º 06/2012), Município de Vacaria/RS, para reconhecendo-se procedentes seus defeitos antes apontados, ser declarada a anulação desta licitação, à sua reprocedimentalização vinculada à legislação aplicável.

É o que se requer, respeitosamente.

Pede e Espera Deferimento.

Vila Maria (RS), 18 de Dezembro de 2012.

Eco Verde Prest. de Serviços de Coleta de lixo Ltda.
JOSIEL AUGUSTO RIZZOTTO
Sócio Administrador